

Sul América Companhia Nacional de Seguros
CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, "companhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

Conjuntura econômica: O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o *Brexit* (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 0,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou

No primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuperou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da bandeira do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos.

As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017. **2. Principais Informações Financeiras:**

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Prêmios emitidos	3.448,3	3.876,9	-11,1%
Prêmios ganhos	3.462,0	3.632,0	-4,7%
Sinistros ocorridos	(2.326,7)	(2.176,3)	-6,9%
Custos de aquisição	(759,0)	(785,5)	3,4%
Margem bruta	376,3	670,1	-43,8%
Resultado antes dos impostos e participações	559,5	676,2	-17,3%
Lucro líquido	533,6	612,4	-12,9%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2016, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,4 bilhões, 11,1% abaixo da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,3 bilhões, 6,9% acima do número apresentado em 2015. Os custos de aquisição somaram R\$759,0 milhões, redução de 3,4% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$533,6 milhões, com uma queda de 12,9% em relação a 2015.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto: A Companhia não passou por

reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período. **5. Investimentos:** Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE) no montante de R\$2.759,7 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2016, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição (R\$ milhões)	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	559,5	676,2
(-) Impostos e contribuições	(8,5)	(41,8)
(-) Participações	(17,4)	(22,1)
Lucro líquido do exercício	533,6	612,4
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes	-	7,0
Lucro líquido do exercício após compensações	533,6	619,3
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(26,7)	(31,0)
Lucro líquido ajustado	506,9	588,4
Dividendos obrigatórios	126,7	147,1
25% do Lucro líquido ajustado	126,7	147,1
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	-	4,7
(-) Juros sobre capital próprio imputados nos dividendos obrigatórios	126,7	140,3
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	3,3	-
Bruto	153,0	165,0
Imposto de renda	(23,0)	(24,8)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	2,1
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	353,9	416,5

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas.
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. A ADMINISTRAÇÃO.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	–	3.582.803	3.505.117
Disponível	–	19.760	19.952
Caixa e bancos	–	19.760	19.952
Aplicações	6.1	1.862.778	1.622.932
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	868.538	893.491
Prêmios a receber	7.1	852.260	872.709
Operações com seguradoras	–	11.202	9.303
Operações com resseguradoras	8.1	5.076	11.479
Outros créditos operacionais	10	310.658	361.462
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	15.949	34.693
Títulos e créditos a receber	–	61.688	106.678
Títulos e créditos a receber	–	21.298	34.739
Créditos tributários e previdenciários	9.1	9.207	23.831
Outros créditos	20.1	31.183	48.108
Outros valores e bens	11	71.923	61.984
Bens a venda	–	71.923	61.984
Despesas antecipadas	–	8.583	10.590
Custos de aquisições diferidos	12	362.926	393.335
Seguros	–	362.926	393.335
Ativo não circulante	–	4.454.867	4.308.013
Realizável a longo prazo	–	1.608.658	1.845.680
Aplicações	6.1	7.381	167.473
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	345	72
Prêmios a receber	7.1	2	–
Operações com resseguradoras	8.1	343	72
Outros créditos operacionais	10	502.092	550.197
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	2.948	66.088
Títulos e créditos a receber	–	1.093.389	1.057.871
Créditos tributários e previdenciários	9.1	203.991	217.662
Depósitos judiciais e fiscais	21.1	881.578	828.966
Outros créditos operacionais	–	7.820	11.243
Despesas antecipadas	–	10	1.013
Custos de aquisição diferidos	12	2.493	2.966
Seguros	–	2.493	2.966
Investimentos	–	2.760.011	2.360.326
Participações societárias	13	2.759.688	2.359.948
Imóveis destinados a renda	–	37	37
Outros investimentos	–	286	341
Imobilizado	–	26.429	34.765
Imóveis de uso próprio	–	1.209	1.212
Bens móveis	–	13.120	17.952
Outras imobilizações	–	12.100	15.601
Intangível	14	59.769	67.242
Outros intangíveis	–	59.769	67.242
Total do ativo		8.037.670	7.813.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(em milhares de reais)**

	Notas	2016	2015 (Reapresentado)
Premios emitidos	—	3.448.274	3.876.944
Variações das provisões técnicas de prêmios	—	13.728	(244.928)
Premios ganhos	23.1	3.462.002	3.632.016
Sinistros ocorridos	23.2	(2.326.673)	(2.176.343)
Custos de aquisição	23.3	(758.995)	(785.549)
Outras receitas e despesas operacionais	23.4	(105.111)	(92.844)
Resultado com operações de resseguro	23.5	48.959	(29.771)
Receita com resseguro	—	83.831	75.886
Despesa com resseguro	—	(35.084)	(105.874)
Outros resultados com resseguro	—	212	217
Despesas administrativas	23.6	(559.948)	(564.697)
Despesas com tributos	23.7	(66.616)	(78.034)
Resultado financeiro	23.8	314.019	310.917
Resultado patrimonial	13	552.498	452.742
Resultado operacional	—	560.135	668.437
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	—	(646)	7810
Resultado antes dos impostos e participações	—	559.489	676.247
Imposto de renda	23.9	(3.485)	(26.778)
Contribuição social	23.9	(4.998)	(15.060)
Participações sobre o resultado	—	(17.407)	(22.054)
Lucro líquido do exercício	—	533.599	612.355
Quantidade de ações	—	463	453
Lucro líquido por ação	—	1.152,48	1.351,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Lucro líquido do exercício		533.599	612.355
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	(3.171)	(1.704)
Efeitos fiscais	24	1.268	682
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	24	21.325	(9.470)
Efeitos fiscais	24	(8.504)	3.788
Ganhos de variação de participação acionária	13	522	(341)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	13	45.580	(32.010)
Componentes do resultado abrangente		57.020	(39.055)
Resultado abrangente do exercício		590.619	573.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2015	1.738.524	238.750	(24.955)	45.642	1.516.891	1.562.533	(46.912)	—	3.467.940
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 116, de 22/01/2015	128.078	(128.078)	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 135, de 03/04/2015	65.349	(65.349)	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital com Juros sobre capital próprio conforme AGE de 15/04/2015	—	39.304	—	—	—	—	—	—	39.304
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 173, de 25/05/2015	45.323	(45.323)	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 240, de 21/08/2015	39.304	(39.304)	—	—	—	—	—	—	—
Redução de capital conforme AGE de 30/11/2015	—	(59.816)	—	—	—	—	—	—	(59.816)
Redução de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N°6412, de 09/12/2015	(59.816)	59.816	—	—	—	—	—	—	—
Reversão de reserva estatutária - reflexo combinação de negócios (nota 2.2)	—	—	—	—	(6.979)	(6.979)	—	6.979	—
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	(39.055)	—	(39.055)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	612.355	612.355
Proposta para distribuição do resultado:	—								
Reserva legal	—	—	—	30.967	—	30.967	—	(30.967)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	416.525	416.525	—	(416.525)	—
Dividendos antecipados - R\$10.412,80 por ação	—	—	—	—	—	—	—	(4.717)	(4.717)
Juros sobre o capital próprio - R\$364.238,41 por ação	—	—	—	—	—	—	—	(165.000)	(165.000)
Dividendos obrigatórios - R\$4.690,95 por ação	—	—	—	—	—	—	—	(2.125)	(2.125)
Saldos em 31/12/2015	1.956.762	—	(24.955)	76.609	1.926.437	2.003.046	(85.967)	—	3.848.886
Aumento de capital conforme AGE de 30/03/2016 Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e reerratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$11.400 à razão de R\$24.622,03 por ação.	87.049	—	—	—	—	—	—	—	87.049
	—	—	—	—	(11.400)	(11.400)	—	—	(11.400)
Resultado líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	533.599	533.599
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	57020	—	57020
Proposta para distribuição do resultado:	—								
Reserva legal	—	—	—	26.679	—	26.679	—	(26.679)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	353.920	353.920	—	(353.920)	—
Distribuição de juros sobre capital próprio conforme RCA de 31/03/2016	—	—	—	—	—	—	—	(30.000)	(30.000)
Distribuição de juros sobre capital próprio conforme RCA de 19/12/2016	—	—	—	—	—	—	—	(123.000)	(123.000)
Saldos em 31/12/2016	2.043.811	—	(24.955)	103.288	2.268.957	2.372.245	(28.947)	—	4.362.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Sul América Companhia Nacional de Seguros CNPJ 33.041.062/0001-09			
continuação			
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
Descrição	2016	2015 (Reapre-sentado)	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	533.599	612.355	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	28.343	28.912	
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(19)	(8.159)	
Resultado de equivalência patrimonial	(550.642)	(444.590)	
Outros ajustes	(6.913)	7.044	
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	(58.429)	82.029	
Créditos das operações de seguros e resseguros	123.587	(224.577)	
Ativos de resseguro	81.884	324.978	
Créditos fiscais e previdenciários	30.508	(30.777)	
Depósitos judiciais e fiscais	(28.800)	26.328	
Despesas antecipadas	3.010	10.844	
Custos de aquisição diferidos	30.882	(43.421)	
Outros ativos	48.560	(52.802)	
Outras contas a pagar	(52.376)	74.750	
Débitos de operações com seguros e resseguros	(126.130)	(95.222)	
Depósitos de terceiros	(29.028)	(14.303)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(78.803)	(210.859)	
Provisões judiciais	(49.462)	(19.164)	
Outros passivos	35.490	–	
Caixa gerado pelas operações			
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	171.703	133.503	
Imposto sobre o lucro pagos	(9.604)	(79.366)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	97.360	77.503	
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Investimentos	–	12.695	
Imobilizado	305	4.393	
Pagamento pela compra:			
Imobilizado	(137)	(1.518)	
Intangível	(11.620)	(12.082)	
Caixa Líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	(11.452)	3.488	
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(83.726)	(98.264)	
Outros	(2.374)	(7.570)	
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(86.100)	(105.834)	
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(192)	(24.843)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.952	44.795	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.760	19.952	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)			
1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Lagragotti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A.(SASA) com 49,03% de participação direta e 50,97% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA, que tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total, é uma Companhia de capital aberto e publicou em 22/02/2017 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Nessas demonstrações financeiras o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. 2.2. Reapresentação: Em 2014, com o intuito de padronizar e permitir a comparabilidade do mercado segurador, a SUSEP emitiu orientação para estabelecer um padrão para o registro contábil dos eventos relacionados às ações judiciais envolvendo a provisão de sinistro a liquidar e o passivo contingente, com prazo de implantação até dezembro de 2016. O comunicado de orientação, de uma forma geral, determinou que se o evento está associado à operação de seguro, este deve ser considerado sinistro e, consequentemente, registrado na provisão de sinistro a liquidar, ficando excluídos somente os danos morais não cobertos pelo contrato de seguro e nos casos de ausência de apólice de seguro que devem ser registrados no passivo contingente. Em consequência dessa alteração, as ações judiciais que inicialmente estavam registradas no Passivo, na rubrica “Provisões judiciais”, e no resultado, na rubrica “Outras despesas operacionais”, foram reclassificadas, de forma retrospectiva, para “Provisões técnicas de seguros” (Sinistros a liquidar) no passivo e no resultado na linha de Sinistro. O montante reclassificado no passivo em 31/12/2015 foi de R\$3.758. No resultado, o montante reclassificado em 31/12/2015 foi de R\$477. Para fins de apresentação, não demonstramos a terceira coluna do balanço patrimonial referente ao início do período anterior, por se tratar de efeito material pela avaliação da Administração, em consonância com o item 40A (b) do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:			
	Originalmente publicado	Ajuste	2015 Reapre-sentado
Ativo			
Circulante	3.505.117		3.505.117
Ativo não circulante	4.311.771	(3.758)	4.308.013
Títulos e créditos a receber	1.061.629	(2) (3.758)	1.057.871
Outros	3.250.142		3.250.142
Total do ativo	7.816.888	(3.758)	7.813.130
Passivo			
Passivo circulante	3.014.429	(3.194)	3.011.235
Contas a pagar	392.597	(2) (3.194)	389.403
Provisões técnicas - Seguros	2.408.492	(1) 1.944	2.410.436
Outros débitos	24.700	(1) (1.944)	22.756
Outros	188.640		188.640
Passivo não circulante	953.573	(564)	953.009
Provisões técnicas - Seguros	224.644	(1) 7.448	232.092
Outros débitos	289.366	(1) e (2) (8.012)	281.354
Outros	439.563		439.563
Patrimônio líquido	3.848.886		3.848.886
Total do passivo e patrimônio líquido	7.816.888	(3.758)	7.813.130
Resultado			
Prêmios emitidos	3.876.944		3.876.944
Variações das provisões técnicas de prêmios	(244.928)		(244.928)
Prêmios ganhos	3.632.016		3.632.016
Sinistros ocorridos	(2.175.866)	(3) (477)	(2.176.347)
Custos de aquisição	(785.549)		(785.549)
Outras receitas e despesas operacionais	(93.321)	(3) 477	(92.848)
Resultado com operações de resseguro	(29.771)		(29.771)
Despesas administrativas	(564.697)		(564.697)
Despesas com tributos	(78.034)		(78.034)
Resultado financeiro	310.917		310.917
Resultado patrimonial	452.742		452.742
Resultado operacional	668.437		668.437
Ganhos com ativos não correntes	7810		7810
Resultado antes dos impostos e participações	676.247		676.247
Imposto de renda e contribuição social	(41.838)		(41.838)
Participações sobre o resultado	(22.054)		(22.054)
Lucro líquido	612.355		612.355
(1) Transferência no montante de R\$1.944 da rubrica “Outros débitos - Circulante” (Provisões judiciais) para “Provisões técnicas de seguros - Circulante”.Transferência no montante de R\$7.448 da rubrica “Outros débitos – Não circulante” (Provisões judiciais) para “Provisões técnicas de seguros – Não circulante”; (2) Reversão de crédito tributário no montante de R\$3.758 no Ativo, na rubrica “Títulos e créditos a receber – Não circulante” com efeito no Passivo, nos montantes de R\$3.194 na rubrica “Contas a pagar – Circulante” (Impostos e contribuições) e R\$564 na rubrica “Outros débitos – Não circulante” (Provisões judiciais); e (3) Transferência no montante de R\$477 da rubrica “Despesas operacionais – Seguros - Outras despesas operacionais” para “Despesas operacionais – Seguros – Sinistros”			
técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.8.5. Provisão para despesas relacionadas (PDR): A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. E apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. 3.9. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT): A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros- ETTJ livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas deficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC. 3.10. Provisões para processos judiciais: 3.10.1. Cíveis e trabalhistas: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos cíveis e pela TR e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.10.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras na rubrica “Contas a pagar - obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.11. Benefício pós-emprego: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.12. Plano de incentivos baseado em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos de 2011 e 2012 foram precificados pelo modelo binomial e ambos os períodos eram compostos por opções simples. Estes planos foram descontinuados e a Companhia não possui opções em aberto dos mesmos. A partir de 2011, o plano foi reformulado e passou a ter até 2012 outorgas de opções simples, e novas outorgas de incentivos de ações bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. A partir de 2013 ocorreram apenas outorgas nos planos de ações bonificadas. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir do dia anterior a data de outorga, na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). 3.13. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subótimo no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.14. Classificação dos contratos: O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. 3.15. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como “Depósitos de terceiros” e “Salvados e ressarcimentos”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. 3.16. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finis dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2). 3.17. Normas emitidas e revisadas: 3.17.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis as operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação (aditamentos ao IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28) – Em vigor a partir de 01/01/2016. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 - Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal para perdas a realizar (aditamentos ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações (aditamentos ao IFRS 2) – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Iniciativa de divulgação (aditamento à IAS 7) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Melhorias anuais às Normas internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que a companhia ainda não concluiu as suas análises, considerando que a sua adoção foi postergada para 2021 pelo IASB, somente para as Companhias predominantemente seguradoras.			
continua			

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

4. Gestão de riscos:

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2016, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.448.274 (R\$3.876.944 em 2015), compreendidas nas seguintes proporções:

	2016									2015								
Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total						
Automóvel	63,82%	1,86%	12,30%	5,71%	16,31%	100%	65,54%	1,53%	11,80%	6,03%	15,10%	100%						
Condornial	55,98%	2,35%	10,30%	8,94%	22,43%	100%	52,90%	2,59%	12,68%	7,16%	24,67%	100%						
Empresarial	59,56%	0,74%	8,69%	3,72%	27,30%	100%	58,49%	0,22%	8,15%	2,82%	30,32%	100%						
Habitacional	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	3,24%	0,00%	0,00%	76,99%	19,77%	100%						
Patrimonial demais	64,42%	1,98%	12,40%	5,73%	15,48%	100%	65,71%	1,60%	12,27%	6,08%	14,34%	100%						
Pessoas demais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%						
Residencial	40,43%	0,60%	3,83%	3,19%	51,95%	100%	40,40%	0,57%	4,00%	4,02%	51,01%	100%						
Responsabilidades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	59,44%	1,10%	9,95%	4,15%	25,36%	100%						
Vida em grupo	54,96%	1,32%	11,72%	4,66%	27,35%	100%	78,47%	0,68%	6,93%	2,84%	11,08%	100%						
Outros	57,97%	2,09%	15,41%	7,94%	16,60%	100%	52,53%	2,61%	20,47%	9,75%	14,64%	100%						

Como pode ser observado, a composição da carteira sofreu redução em algumas linhas de negócios derivados principalmente da operação de alienação da carteira de grandes riscos para a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A e da cessão e transferência parcial da carteira de seguros habitacional para a Pan Seguros S.A.

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos, têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

	2016							
	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares (a)			
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(112.452)	(61.848)	(112.884)	(62.086)	(97)	(54)	(1.052)	(579)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(26.186)	(14.402)	(26.186)	(14.402)	(374)	(206)	(374)	(206)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(40.860)	(22.473)	(40.860)	(22.473)	(120)	(66)	(120)	(66)
Redução de 5% na sinistralidade	112.452	61.848	112.884	62.086	97	54	1.052	579
Redução de 5% nas despesas administrativas	26.186	14.402	26.186	14.402	374	206	374	206
Redução de 5% nos custos de comercialização	40.860	22.473	40.860	22.473	120	66	120	66

(a) Variação explicada pela alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

	2015							
	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(100.025)	(58.348)	(100.692)	(58.737)	(9.567)	(5.740)	(8.288)	(4.973)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(25.540)	(14.899)	(25.540)	(14.899)	(3.634)	(2.181)	(3.634)	(2.181)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(40.162)	(23.428)	(40.162)	(23.428)	(3.994)	(2.396)	(3.994)	(2.396)
Redução de 5% na sinistralidade	100.025	58.348	100.692	58.737	9.567	5.740	8.288	4.973
Redução de 5% nas despesas administrativas	25.540	14.899	25.540	14.899	3.634	2.181	3.634	2.181
Redução de 5% nos custos de comercialização	40.162	23.428	40.162	23.428	3.994	2.396	3.994	2.396

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes. • **Administrativo:**

	R\$ milhões												
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Provisão de sinistros contabilizada	478,43	476,72	565,61	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67		
Efeito do desconto financeiro	(4,63)	(4,84)	(6,33)	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)		
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60		
Estimativa de sinistros acumulada:													
No final do ano	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60		
Um ano depois	606,38	494,48	585,75	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	560,37	—		
Dois anos depois	602,18	438,08	596,50	714,16	604,69	633,16	554,72	644,10	705,52	—	—		
Três anos depois	555,48	460,48	633,69	700,43	603,98	630,20	570,67	696,20	—	—	—		
Quatro anos depois	567,93	496,29	622,60	701,65	599,09	621,72	586,42	—	—	—	—		
Cinco anos depois	566,99	494,19	626,97	701,61	609,47	663,68	—	—	—	—	—		
Seis anos depois	580,96	495,41	626,22	710,84	656,24	—	—	—	—	—	—		
Sete anos depois	581,61	496,45	633,51	713,45	—	—	—	—	—	—	—		
Oito anos depois	582,44	509,45	638,70	—	—	—	—	—	—	—	—		
Nove anos depois	593,77	510,45	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Dez anos depois	594,04	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2016	594,04	510,45	638,70	713,45	656,24	663,68	586,42	696,20	705,52	560,37	473,60		
Pagamentos já realizados até 31/12/2016	592,26	507,94	631,28	706,02	648,78	656,15	576,67	680,70	680,62	516,57	—		
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2016	1,78	2,51	742	743	746	753	9,75	15,50	24,90	43,80	473,60		

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2016, R\$6,7 milhões (R\$5,8 milhões em 2015) de ULAE e R\$10,7milhões (R\$13,1 milhões em 2015) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela acima. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

	R\$ milhões												
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Provisão de sinistros contabilizada	478,43	476,72	565,61	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67		
Efeito do desconto financeiro	(4,63)	(4,84)	(6,33)	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)		
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60		
Estimativa de sinistros acumulada:													
No final do ano	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60		
Um ano depois	606,38	494,48	585,75	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	560,37	—		
Dois anos depois	602,18	438,08	596,50	714,16	604,69	633,16	554,72	644,10	705,52	—	—		
Três anos depois	555,48	460,48	633,69	700,43	603,98	630,20	570,67	696,20	—	—	—		
Quatro anos depois	567,93	496,29	622,60	701,65	599,09	621,72	586,42	—	—	—	—		
Cinco anos depois	566,99	494,19	626,97	701,61	609,47	663,68	—	—	—	—	—		
Seis anos depois	580,96	495,41	626,22	710,84	656,24	—	—	—	—	—	—		
Sete anos depois	581,61	496,45	633,51	713,45	—	—	—	—	—	—	—		
Oito anos depois	582,44	509,45	638,70	—	—	—	—	—	—	—	—		
Nove anos depois	593,77	510,45	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Dez anos depois	594,04	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2016	594,04	510,45	638,70	713,45	656,24	663,68	586,42	696,20	705,52	560,37	473,60		
Pagamentos já realizados até 31/12/2016	592,26	507,94	631,28	706,02	648,78	656,15	576,67	680,70	680,62	516,57	—		
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2016	1,78	2,51	742	743	746	753	9,75	15,50	24,90	43,80	473,60		

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2016, R\$6,7 milhões (R\$5,8 milhões em 2015) de ULAE e R\$10,7milhões (R\$13,1 milhões em 2015) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela acima. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

R\$ milhões

2016

2015

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

402,78

321,06

332,96

364,03

183,21

210,20

203,42

248,70

414,40

<

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Contempla operações com o IRB Brasil Resseguros S.A. relativas a prêmios, sinistros, salvados e ressarcimentos; e (b) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). As operações com resseguradoras estão classificadas, basicamente, no circulante devido às características das operações, liquidadas em até 365 dias. **8.2. Ativos de resseguro e retrocessão:** Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Danos	5.563	19.433	13.279	81.163	18.842	100.596
Pessoas	19	147	36	38	55	185
Total	5.582	19.580	13.315	81.201	18.897	100.781
Circulante	5.158	17.403	10.791	17.290	15.949	34.693
Não circulante	424	2.177	2.524	63.911	2.948	66.088

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

Descrição	Danos		Pessoas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 01/01/2015	49.122	159	49.281			
Emissões/RVNE	156.031	313	156.344			
Cancelamentos	(58.290)	(13)	(58.303)			
Amortizações	(78.315)	(312)	(78.627)			
Atualização monetária / juros	88	—	88			
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)			
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580			
Circulante	17.403		17.403			
Não circulante	2.177		2.177			

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Danos (a)		Pessoas (a)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580			
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562			
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)			
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)			
Saldos em 31/12/2016	5.563	19	5.582			
Circulante	5.158		5.158			
Não circulante	424		424			

Descrição	Saldo em 01/01/2015		Adição		Atualização monetária		Baixa / Compensação		Saldo em 31/12/2015	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	8.503	41.175	378	(34.186)	15.870	15.870				
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	4.620	12.151	180	(9.379)	7.572	7.572				
Programa de Integração Social – PIS	76	77	—	(117)	36	36				
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	352	357	—	(540)	169	169				
Outros	212	9	—	(37)	184	184				
Total	13.763	53.769	558	(44.259)	23.831	23.831				
Circulante					23.831	23.831				

Descrição	Saldo em 31/12/2015		Adição		Atualização Monetária		Baixa / Compensação		Saldo em 31/12/2016	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	15.870	5.772	530	(16.281)	5.891	5.891				
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	7.572	2.436	215	(7.550)	2.673	2.673				
Programa de Integração Social – PIS	36	10	—	—	46	46				
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	169	46	—	(1)	214	214				
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	—	376	—	(108)	268	268				
Outros	184	1.753	1.468	(3.290)	115	115				
Total	23.831	10.393	2.213	(27.230)	9.207	9.207				
Circulante					9.207	9.207				

9.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios:

Descrição	Saldo em 01/01/2015		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Provisão para perda em investimentos	—	782	—	—	—	782	—	782
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	188.439	23.581	(8.276)	—	203.744	—	203.744	—
Redução ao valor recuperável de créditos	32.410	16.086	(2.594)	—	45.902	—	45.902	—
Provisões	6.345	4.745	(5.870)	—	5.220	—	5.220	—
Amortização de ágio	(365)	—	365	—	—	—	—	—
Participações nos lucros	1.297	8.981	(1.376)	—	8.902	—	8.902	—
Perda atuarial com plano de benefício definido	3.191	682	—	—	3.873	—	3.873	—
Ajuste a valor de mercado	9.850	9.426	(5.638)	—	13.638	—	13.638	—
Outros	(118)	24	—	—	(94)	—	(94)	—
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias PIS e COFINS sobre reservas técnicas	241.049	64.307	(23.389)	—	281.967	—	281.967	—
Total dos créditos tributários	33.104	4.772	(6.845)	—	31.031	—	31.031	—
Atualizações de depósitos judiciais	274.153	69.079	(30.234)	—	312.998	—	312.998	—
Resultado no exterior	(76.351)	(19.147)	1.570	—	(93.928)	—	(93.928)	—
Outros	(252)	—	—	—	(252)	—	(252)	—
Total dos débitos tributários	(77.759)	(19.147)	1.570	—	(95.336)	—	(95.336)	—
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	196.394	49.932	(28.664)	—	217.662	—	217.662	—

Descrição	Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2016	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisão para perda em investimentos	782	—	—	—	—	782	—	782
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	203.744	21.106	(24.776)	—	200.074	—	200.074	—
Redução ao valor recuperável de créditos	45.902	18.569	(381)	—	64.090	—	64.090	—
Provisões	5.220	5.617	(5.903)	—	4.934	—	4.934	—
Participações nos lucros	8.902	1.517	(8.869)	—	1.550	—	1.550	—
Perda atuarial com plano de benefício definido	3.873	1.347	(78)	—	5.142	—	5.142	—
Ajuste a valor de mercado	13.638	1.204	(9.709)	—	5.133	—	5.133	—
Outros	(94)	—	(20)	—	(114)	—	(114)	—
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	281.967	49.360	(49.736)	—	281.591	—	281.591	—
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social PIS e COFINS sobre reservas técnicas	—	7.805	—	—	7.805	—	7.805	—
Total dos créditos tributários	31.031	1.021	(2.910)	—	29.142	—	29.142	—
Atualizações de depósitos judiciais	312.998	58.186	(52.646)	—	318.538	—	318.538	—
Resultado no exterior	(93.928)	(20.357)	1.146	—	(113.139)	—	(113.139)	—
Outros	(252)	—	—	—	(252)	—	(252)	—
Total dos débitos tributários	(95.336)	(20.357)	1.146	—	(113.139)	—	(113.139)	—
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	(95.336)	(20.357)	1.146	—	(113.139)	—	(113.139)	—

As bases para formação dos créditos de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social nos montantes de R\$17.209 e R\$17.511 respectivamente, foram formados em 2016. Em 31/12/2016, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
2017	29%	29%
2018	71%	71%
Total	100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. Os valores apresentados nos quadros abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base		Crédito tributário não reconhecido	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias - IRPJ	286.945	71.736		
Diferenças temporárias - CSLL	3.417	513		
Total	290.362	72.249		

Majoração da CSLL: A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

Descrição	Base		Crédito tributário não reconhecido	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias - CSLL	79.160	3.958		
Total	79.160	3.958		

10. Outros créditos operacionais: Composto basicamente pelas operações abaixo: **Sistema Financeiro da Habitação:** O saldo da conta, em 31/12/2016, inclui parcela de R\$947.277 (R\$907.348 em 2015), correspondente a saldo a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), sendo R\$347.885 (R\$392.541 em 2015) no ativo circulante e R\$599.392 (R\$514.807 em 2015) no ativo não circulante. A redução ao montante recuperável desses valores é de R\$145.185 (R\$97.551 em 2015), calculado com base em premissas que levam em conta, entre outros aspectos, o histórico de perdas operacionais, sendo R\$47.885 (R\$32.541 em 2015) no ativo circulante e R\$97.300 (R\$65.010 em 2015) no ativo não circulante. Em 31/12/2016, existem processos judiciais, ainda em andamento, em que a Companhia é citada, relativos ao SFH, que podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de reembolso ao FCVS. Em 2016, a SulAmérica desembolsou R\$309.444 (R\$463.949 em 2015) em processos judiciais associados ao SH/SFH e foi reembolsada em R\$291.762 (R\$267.869 em 2015) pelo FCVS. A Companhia já solicitou o reembolso dos valores desembolsados, relativos a processos judiciais encerrados no montante de R\$1.658.893. O SH/SFH foi, originalmente, instituído pelo artigo 14 da Lei 4.380/1964 e, desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras atuam apenas como representantes do FCVS nas ações judiciais que têm como objeto o SH/SFH, sendo a elas garantido o direito de receberem o reembolso das despesas incorridas em decorrência da defesa efetivada por elas nestes processos judiciais, além de valores desembolsados com condenações. A Lei nº 13.000 publicada em 18/06/2014, bem como a Resolução CFC/CS nº 364 de 28/03/2014 determinam a responsabilidade do FCVS e da Caixa Econômica Federal (CEF) sobre todos os processos judiciais que tenham por objeto a apólice pública do SH/SFH. Mais recentemente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAF nº 1842/2014, PGFN/CRJ nº 1949/2014 e PGFN/CAF nº 2022/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representante do FCVS. **Outras operações de resseguro:** Em 2016, a Companhia participou de acordo para liquidação de sinistro ocorrido em carteira de grandes riscos do segmento de ramos elementares, que se encontrava em discussão, e que estava devidamente provisionado na rubrica “Provisões técnicas

8.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:

Descrição	Danos		Pessoas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 01/01/2015	376.395	83	376.478			
Adições/baixa	26.754	(22)	26.732			
Atualização monetária / juros	(12.212)	3	(12.209)			
Variação IBNR	(3.848)	(26)	(3.874)			
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(296.838)	—	(296.838)			
Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional (b)	(9.088)	—	(9.088)			
Saldos em 31/12/2015	81.163	38	81.201			
Circulante			17.290			
Não circulante			63.911			

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015; e
(b) Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional em 31/12/2015.

Descrição	Danos		Pessoas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 31/12/2015	81.163	38	81.201			
Adições/baixa (a)	(65.427)	(2)	(65.429)			
Atualização monetária / juros	(1.626)	3	(1.623)			
Variação IBNR	(831)	(3)	(834)			
Saldos em 31/12/2016	13.279	36	13.315			
Circulante			10.791			
Não circulante			2.524			

(a) Referente à baixa de provisões, conforme descrito na nota 10.
9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

9.1. Créditos e débitos tributários diferidos:					
Descrição	2016		2015 (Reapresentado)		
	2016	2015	2016	2015	
Tributos a compensar/ recuperar (nota 9.1.1)	9.207	—	23.831	—	
Créditos tributários (nota 9.1.2)	318.538	—	312.998	—	
Débitos tributários (nota 9.1.2)	(114.547)	—	(95.336)	—	
Total	213.198	—	241.493	—	
Circulante	9.207	—	23.831	—	
Não circulante	203.991	—	217.662	—	

Os créditos tributários são registrados no ativo não circulante de acordo com a expectativa de realização. **9.1.1. Tributos a compensar / recuperar:**

Descrição

(a) No primeiro semestre de 2016 foi baixado o montante de R\$36.000, relativo a um seguro da carteira de riscos diversos.

18. Provisões técnicas de seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: Danos:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2015	1.664.733	1.183.041	
Emissões	4.062.869	—	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(300.072)	(2.348.015)	
Prêmios ganhos	(3.514.138)	—	
Avisados / alterações	—	2.392.961	
Atualização monetária / juros	(1.730)	66.570	
Variação do IBNR	—	(5.096)	
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(93.737)	(426.390)	
Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional (b)	—	(42.022)	
Saldo em 31/12/2015 / (Reapresentado)	1.817.925	821.049	2.638.974
Circulante			2.408.008
Não circulante			230.966

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015; e (b) Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional em 31/12/2015.

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2015 / (Reapresentado)	1.817.925	821.049	
Emissões	3.851.206	–	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(396.323)	(2.593.062)	
Prêmios ganhos	(3.468.708)	–	
Avisados / alterações	–	2.506.088	
Atualização monetária / juros	–	25.289	
Variação do IBNR	–	(2.853)	
Saldo em 31/12/2016	1.804.100	756.511	2.560.611
Circulante			2.386.343
Não circulante			174.268

Pessoas:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2015	1.724	3.889	
Emissões	3.059	–	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(114)	(4.933)	
Prêmios ganhos	(3.086)	–	
Avisados / alterações	–	3.829	
Atualização monetária / juros	–	445	
Variação do IBNR	–	(1.259)	
Saldo em 31/12/2015	1.583	1.971	3.554
Circulante			2.428
Não circulante			1.126

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Contabilização
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sul América
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d) (l)	Controladora direta	Sul América
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j) (l)	Controlada	Sul América
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j) (l)	Controlada indireta	Sul América
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sul América
Sul América Saúde Companhia de Seguros (l)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (l)	Controlada indireta	Sul América
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (h)	Outros	Outros
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros
Gouvea Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (i)	Ligada	Outros
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros
Total		

Descrição	Categoria	Contabilização
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sul América
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d) (l)	Controladora direta	Sul América
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (f) (l)	Controlada	Sul América
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j) (l)	Controlada indireta	Sul América
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sul América
Sul América Saúde Companhia de Seguros (l)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (l)	Controlada indireta	Sul América
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (h)	Outros	Outros
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros
Gouvea Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros
Swiss Reinsurance America Corporation (l)	Ligada	Outros
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (l)	Ligada	Outros
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde que as companhias contratam junto à SULAMED relacionados a seus funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à operação de resseguro; (j) Valor referente à sublocação do imóvel situado em São Paulo; (k) Valor referente à contratação de títulos da capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição; e (l) Valor referente ao rateio de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa. Em 2016, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$83.726 (R\$98.264 em 2015), sendo R\$24.852 (R\$25.414 em 2015) para a SASA e R\$58.874 (R\$72.850 em 2015) para a SAEPAR. Em 2016, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$171.703 (R\$133.503 em 2015) da CIA SAUDE.

19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar				
2016	10.615	12.898	10.165	33.678
2015	11.771	8.291	5.062	25.124
Despesas				
2016	(19.788)	(1.783)	(3.662)	(25.233)
2015	(18.525)	(1.539)	(2.228)	(22.292)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12). **20. Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos:** Em 31/12/2016, o saldo de R\$31.183 (R\$48.108 em 2015) da rubrica "Outros créditos"; no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$29.698 (R\$45.427 em 2015). **20.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. **20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro:** Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou no menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2016 corresponde a R\$24.749 (R\$22.185 em 2015) registrados na rubrica "Despesas administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará o pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. **São Paulo:** Em 04/07/2013, a CIA SAÚDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA SAÚDE se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.269 e anual de R\$27.220, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 26,6% sobre este montante. O pagamento do primeiro aluguel foi em 05/08/2015, referente ao período de 15/06/2015 à 31/07/2015. O pagamento do segundo aluguel ocorreu em 08/09/2015, referente ao período de 01/08/2015 a 31/08/2015 e assim sucessivamente, já com a variação do IGP-M desde 01/01/2013. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa.

21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2016 e 2015, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e obrigações" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **21.1. Depósitos judiciais:**

Descrição	2016	2015
Fiscais:		
COFINS	138.077	128.983
PIS	181.010	167.806
CSLL	118.446	103.912
IRPJ	38.728	42.749
Outros	8.505	16.153

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2015	1.583	1.971	
Emissões	3.084	–	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(72)	(2.242)	
Prêmios ganhos	(2.916)	–	
Avisados / alterações	–	1.680	
Atualização monetária / juros	–	185	
Variação do IBNR	–	(159)	
Saldo em 31/12/2016	1.679	1.435	3.114
Circulante			2.198
Não circulante			916

Em 31/12/2016 e 2015, a PSL contempla sinistros em disputa judicial, relacionados principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 31/12/2016 e 2015, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

Danos						Danos
2016						2015 (Reapresentado)
Descrição	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	2.439	99.372	44.601	2.028	92.933	45.826
02 a 05 Anos	1.607	128.039	66.424	1.536	110.480	60.172
05 a 10 Anos	686	89.397	49.681	626	67.107	39.320
Mais de 10 Anos	349	72.959	48.743	279	57.725	36.851
Total	5.081	389.767	209.449	4.469	328.245	182.169
Pessoas						Pessoas
2016						2015
Descrição	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	—	—	—	—	—	—
02 a 05 Anos	1	97	84	3	733	200
05 a 10 Anos	4	1.288	613	3	974	823
Mais de 10 Anos	1	54	47	—	—	—
Total	6	1.439	744	6	1.707	1.023
Total	5.087	391.206	210.193	4.475	329.952	183.192

Em 31/12/2016, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$59.006 (R\$137.526 em 2015), com resseguro de R\$33.024 (R\$118.706 em 2015), que representa um valor residual de R\$25.982 (R\$18.820 em 2015).

18.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2016	2015
Provisões técnicas de seguros	2.563.725	2.642.528
Ajuste (a)	—	(9.392)
Provisões técnicas de seguros	2.563.725	2.633.136
Total das provisões técnicas	2.563.725	2.633.136
(-) Ativos de resseguro - Provisões técnicas	13.316	81.202
(-) Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	271.809	276.000
(-) Depósitos judiciais	26.929	22.219
(-) Direitos creditórios	723.590	710.220
(-) Depósitos especiais/ Provisões retidas - IRB	1.308	—
Montante a ser garantido	1.526.773	1.543.495
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	149.510	180.663
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	81.612	88.586
Títulos de renda fixa - públicos	1.327.716	1.251.752
Títulos de renda fixa - privados	308.089	267.102
Total de ativos	1.866.927	1.788.103
Ativos livres	340.154	244.608

(a) Efeito sobre reapresentação conforme nota 2.2.

Controladora	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
Par Participações S.A.	—	—	61.488	38.781
érica S.A.	21	85	53.291	100.698
érica Companhia Nacional de Seguros	135	393	706	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	118	148
érica Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1	—	239	228
érica Companhia de Seguro Saúde	9.659	14.130	72	—
Par Participações S.A.	—	—	—	7
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	736	115
érica Companhia de Seguro Saúde	4	—	—	—
érica Companhia de Seguro Saúde	6	4	—	—
érica Santa Cruz Participações S.A.	62	252	166	183
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	467	27.744	—	14.574
—	177	703	11	103
—	—	—	412	412
	10.532	43.311	117.239	155.249

Entidade	Receita		Despesa	
	2016	2015	2016	2015
Par Participações S.A.	—	—	—	—
érica S.A.	236	216	—	—
érica Companhia Nacional de Seguros	1.891	15.956	(7.096)	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	27	(1.319)	(2.314)
érica Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	(2.678)	(1.881)
érica Companhia de Seguro Saúde	1.684	4.036	(861)	(794)
Par Participações S.A.	—	—	—	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	44	—	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	(8.450)	(8.658)
érica Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
érica Santa Cruz Participações S.A.	1.444	—	(1.516)	(422)
	—	—	(212)	—
	—	—	(50)	(128)
	—	—	(401)	(310)
	—	—	—	(682)
	—	318	(2.998)	(6.917)
	4.066	371	(3.062)	(64)
	—	—	—	—
	9.321	20.968	(28.643)	(22.170)

Descrição	2016	2015
Previdenciárias:		
INSS	205.963	192.200
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	106.708	99.041
Ações cíveis	84.141	78.122
Total	881.578	828.966
Não circulante	881.578	828.966

Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no não circulante, conforme a expectativa de realização.

21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

	Saldos em		Atualização	Paga-mentos /	Transferência pela	Transferência pela	Saldos em
Descrição	01/01/2015	Adições	monetária	baixas	venda da carteira de grandes riscos	venda da carteira de apólices SF / AM	31/12/2015 (Reapresentado)
Cíveis e trabalhistas:							
Cíveis	92.913	21.112	16.634	(43.385)	(8.384)	(378)	78.512
Honorários	9.518	2.416	—	(3.016)	(843)	(40)	8.035
Trabalhistas	43.885	8.938	4.258	(7.047)	—	—	50.034
Outros	1.940	66	312	(144)	—	—	2.174
Subtotal	148.256	32.532	21.204	(53.592)	(9.227)	(418)	138.755
Tributárias: (a)							
PIS	92.996	—	7.488	—	—	—	100.484
COFINS	103.529	—	7.475	—	—	—	111.004
CSLL	71.214	11.279	27.917	(22.070)	—	—	88.340
IRPJ	29.514	—	2.457	(4.876)	—	—	27.095
INSS	151.597	3.801	11.146	(1.640)	—	—	164.904
Honorários	10.179	381	392	(2.740)	—	—	8.212
Outros	4.735	—	344	—	—	—	5.079
Subtotal	463.764	15.461	57.219	(31.326)	—	—	505.118
Total	612.020	47.993	78.423	(84.918)	(9.227)	(418)	643.873
Circulante							22.756
Não circulante							621.117

Descrição	Saldos em 31/12/2015/ (Reapresentado)	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2016
Cíveis e					
trabalhistas:					
Cíveis	78.512	22.550	5.158	(64.133)	42.087
Honorários	8.035	2.596	—	(6.238)	4.393
Trabalhistas	50.034	8.494	6.395	(20.390)	44.533
Outros	2.174	42	(979)	(1.061)	176
Subtotal	138.755	33.682	10.574	(91.822)	91.189
Tributárias: (a)					
PIS	100.484	—	7.904	—	108.388
COFINS	111.004	—	7.989	—	118.993
CSLL	88.340	716	10.405	(382)	99.079
IRPJ	27.095	—	2.580	—	29.675
INSS	164.904	—	12.284	—	177.188
Honorários	8.212	376	576	(556)	8.608
Outros	5.079	—	167	(3.366)	1.880
Subtotal	505.118	1.092	41.905	(4.304)	543.811
Total	643.873	34.774	52.479	(96.126)	635.000
Circulante					16.232
Não circulante					618.768

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2016 são de R\$365.545 (R\$339.763 em 2015), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 15.1). **21.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2016 e 2015 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações no status destes processos. Ressalte-se que com relação aos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 17/1997 ainda não houve decisão. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstou a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, ela passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Com a edição do artigo 72, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, a Companhia passou a ficar sujeita ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, impetrou o Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que assegurou o direito da Companhia e sua incorporada Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Cia de Seguros de não se sujeitarem às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Com o trânsito em julgado da decisão parcialmente favorável publicada nos autos do citado Mandado de Segurança, a impetrante levantou o valor de R\$173 em janeiro de 2015 e em maio de 2015 teve a conversão em renda do valor remanescente dos depósitos, com isso, o saldo de depósitos judiciais, bem como a provisão atrelada a este processo, no valor de R\$22.070 foi baixada. **21.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2016 e 2015, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **21.5. Contingências:** Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$426.045 (R\$390.215 em 2015). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$197.758 (R\$194.113 em 2015) refere-se basicamente a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$228.287 (R\$196.102 em 2015) é composta principalmente por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A., nos anos calendários 2006 e 2007, e não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa e processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS. Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$75.621 (R\$88.378 em 2015) e R\$34.937 (R\$31.537 em 2015). **22. Patrimônio líquido:** **22.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2016 é R\$2.043.811 (R\$1.956.762 em 2015), dividido em 232 ações ordinárias e 231 ações preferenciais, totalizando 463 ações (453 ações ordinárias em 2015), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 30/03/2016 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$87.049, com emissão de 10 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 8 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. e 2 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A., ao preço de R\$8.704,8 por ação, calculado na forma do art. 170, § 1º, II da Lei 6.404/76, na data-base de 29/02/2016. O referido aumento de capital foi homologado pela SUSEP em 27/07/2016. Em 03/10/2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, todas sem direito a voto, no limite de 50% do total das ações emitidas, e a conversão de 231 ações ordinárias em 231 ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, na proporção de 1 ação ordinária para 1 ação preferencial, passando o capital social da Companhia a ser representado por 232 ações ordinárias e 231 ações preferenciais, totalizando 463 ações, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. O processo de homologação da referida conversão de ações tramita na SUSEP sob o número 15414.608593/2016-38. **22.2. Reserva de capital:** Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. **22.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **22.4. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31/03/2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$30.000, à razão de R\$64.794,82 por ação, cujo pagamento aos acionistas foi antecipado para o dia 09/12/2016, conforme reunião realizada na mesma data. O Conselho de Administração aprovou em 11/05/2016 e rerratificou em 10/08/2016 a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em

29/04/2016, no montante de R\$11.400 à razão de R\$24.622,03 por ação, pago aos acionistas em 13/05/2016. Em 19/12/2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$123.000, à razão de R\$265.658,75 por ação, a ser pago aos acionistas a partir de 18/04/2017.

22.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	559.489	676.247
(-) Impostos e contribuições	(8.483)	(41.838)
(-) Participações	(17.407)	(22.054)
Lucro líquido do exercício	533.599	612.355
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes	-	6.979
Lucro líquido do exercício após compensações	533.599	619.334
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(26.679)	(30.967)
Lucro líquido ajustado	506.920	588.367
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	126.730	147.092
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	-	4.717
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	126.730	140.250
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	3.320	-
Bruto	153.000	165.000
Imposto de renda	(22.950)	(24.750)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	2.125
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	353.920	416.525

23. Detalhamento das contas do resultado:

23.1. Principais ramos de atuação:

	2016			2015 (Reapresentado)		
Descrição	Prêmios Sinistra- Ganhos	Comissio- lidade	namento	Prêmios Sinistra- Ganhos	Comissio- lidade	namento
Automóvel - Casco	2.160.320	68,50%	22,70%	2.123.051	62,90%	23,20%
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	613.277	63,60%	18,90%	607.456	59,10%	19,00%
Assistência e Outras Coberturas – Auto	462.199	68,30%	19,40%	427.418	55,30%	19,20%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista (a)	15.810	52,30%	12,30%	79.324	34,70%	5,70%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas	8.532	12,30%	12,40%	22.330	13,80%	7,10%
Compreensivo Empresarial	40.049	46,50%	36,00%	59.262	87,80%	32,70%
Compreensivo Condomínio	51.795	43,20%	32,10%	50.262	61,60%	32,60%
Compreensivo Residencial	54.968	32,70%	35,40%	52.171	44,40%	36,80%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	31.163	6,50%	18,80%	29.788	6,00%	18,60%
Riscos de Engenharia (b)	9.937	495,40%	-3,40%	15.843	-49,50%	3,00%
Outros	13.952	151,00%	32,20%	165.111	70,00%	16,60%
Total	3.462.002			3.632.016		

(a) Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional em 31/12/2015; e (b) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)
Sinistros	(2.695.612)	(2.432.352)
Recuperação de sinistros	59.460	(4.323)
Salvados e ressarcimentos	306.467	250.193
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	3.012	10.139
Total	(2.326.673)	(2.176.343)

23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2016	2015
Comissões:		
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(772.193)	(871.049)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	63.969	53.770
Sobre prêmios cedidos	(961)	547
Variação de custos de aquisição diferidos	(49.810)	31.183
Total	(758.995)	(785.549)

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2016	2015
Despesas com operações de seguros	(34.463)	(55.003)
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	(45.906)	(49.090)
Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros (a)	(25.459)	(30.412)
Outras operações de seguros	(4.273)	(13.246)
Ágio na transferência da carteira	4.990	54.907
Total	(105.111)	(92.844)

(a) Efeito sobre reapresentação conforme nota 2.2.

23.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2016	2015
Receita com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	84.666	79.760
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(835)	(3.874)
Total	83.831	75.886
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(13.174)	(114.208)
Variação das provisões técnicas de resseguros	(14.005)	9.013
Salvados e ressarcimentos	(7.905)	(679)
Total	(35.084)	(105.874)
Outros resultados com resseguro		
Outros resultados com resseguro	212	217
Total	212	217
Resultado com operações de resseguro	48.959	(29.771)

23.6. Despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
Pessoal próprio	(258.005)	(246.014)
Incentivo de ações	(3.662)	(2.228)
Serviço de terceiros	(163.702)	(162.958)
Localização e funcionamento	(129.547)	(139.292)
Publicidade e propaganda	(4.995)	(12.636)
Recuperação de despesa administrativa	2.676	4.842
Outras despesas administrativas	(2.713)	(6.411)
Total	(559.948)	(564.697)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica “Pessoal próprio”, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016	2015
Remunerações	(124.672)	(117.597)
Encargos sociais	(45.567)	(42.778)
Indenizações e rescisões	(17.622)	(20.430)
Vale alimentação, refeição e transporte	(32.497)	(30.958)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(9.661)	(9.686)
Previdência privada	(2.138)	(2.276)
Outros benefícios	(4.147)	(3.509)
Total	(236.304)	(227.234)

23.7. Despesas com tributos:

Descrição	2016	2015
COFINS	(53.056)	(63.708)
PIS	(8.671)	(10.406)
Outros	(4.889)	(3.920)
Total	(66.616)	(78.034)

23.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	227.748	246.481
Valor justo por meio do resultado	25.244	22.504
Disponível para venda	180.940	190.204
Mantido até o vencimento	21.564	33.773
Operações de seguros - outros	73.072	46.287
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	16.374	12.983
Outros	(3.175)	5.166
Total	314.019	310.917

23.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2016	2015
Valorização de cotas de fundos de investimentos	88.412	68.438
Títulos de renda fixa - privados	72.070	35.079
Títulos de renda fixa - públicos	134.152	190.254
Títulos de renda variável	10	19
Operações de seguros	144.122	147.663
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	63.570	60.939
Outras	13.625	12.050
Total	515.961	514.442

23.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2016	2015
Operações de seguros	(71.050)	(101.376)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(66.896)	(47.309)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(47.196)	(47.956)
Outras	(16.800)	(6.884)
Total	(201.942)	(203.525)

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:

social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2016 e 2015, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2016		2015	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	559.489	559.489	676.247	676.247
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(139.872)	(111.898)	(169.062)	(135.249)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	-	-	-	8.058
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(12.831)	(10.265)
Redução ao valor recuperável	(11.476)	(9.181)	(12.358)	(9.886)
Despesas não dedutíveis	(486)	(285)	(1.612)	(1.252)
Provisões indedutíveis	(123)	(99)	(617)	(494)
Juros s/ capital próprio	(3.918)	(3.135)	-	-
Outras adições	(1.361)	(872)	-	-
Subtotal	(17.364)	(13.572)	(27.418)	(21.897)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	137.661	110.129	111.148	88.918
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	3.305	2.600	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	258	206
Atualização de depósitos judiciais	12.351	9.881	11.950	9.560
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	8.160	6.528	1.662	1.330
Juros sobre capital próprio	-	-	20.001	16.001
Outras	-	-	5.287	1.205
Subtotal	161.477	129.138	15	

FLUXO CAMBIAL

Entrada de dólares supera saída em US\$ 549 milhões até 17 de fevereiro

De acordo com o Banco Central, no comércio exterior o saldo anual acumulado ficou positivo em US\$ 2,981 bilhões, com importações de US\$ 17,726 bilhões e exportações de US\$ 20,707 bilhões

O fluxo cambial do ano até o dia 17 de fevereiro ficou no azul em US\$ 549 milhões, conforme divulgação realizada ontem pelo Banco Central. Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 313 milhões.

A retirada de dólares pelo canal financeiro neste ano até o dia 17 de fevereiro foi de US\$ 2,432 bilhões. Este resultado é fruto de entradas no valor de US\$ 64,147

bilhões e de envios no total de US\$ 66,579 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até 17 de fevereiro ficou positivo em US\$ 2,981 bilhões, com importações de US\$ 17,726 bilhões e exportações de US\$ 20,707 bilhões. Nas exportações estão incluídos US\$ 3,189 bilhões em Adian-

tamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 7,544 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 9,975 bilhões em outras entradas.

Depois de registrar entradas líquidas de US\$ 3,664 bilhões em janeiro, o fluxo cambial do País está negativo em US\$ 3,114 bilhões em fevereiro até o dia 17, informou o Banco Central.

O canal financeiro apresentou saídas líquidas de US\$ 4,027 bilhões no período. Isso é resultado de

entradas no valor de US\$ 23,129 bilhões e de retiradas no total de US\$ 27,156 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo de fevereiro até o dia 17 é positivo em US\$ 912 milhões, com importações de US\$ 6,043 bilhões e exportações de US\$ 6,955 bilhões. Nas exportações, estão inclu-

ídos US\$ 1,337 bilhão em ACC, US\$ 2,285 bilhões em PA e US\$ 3,334 bilhões em outras entradas.

O fluxo cambial da terceira semana de fevereiro (de 13 a 17) ficou negativo em US\$ 664 milhões, informou o Banco Central.

A saída líquida de dólares pelo canal financeiro no período foi de US\$ 1,082 bilhão, resultado de entradas no valor de US\$ 10,484 bilhões e de envios no total de US\$ 11,566 bilhões. Este

segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo na semana passada ficou positivo em US\$ 418 milhões, com importações de US\$ 2,623 bilhões e exportações de US\$ 2,577 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 525 milhões em ACC, US\$ 987 milhões em PA e US\$ 1,529 bilhão em outras entradas.

